



ARTIGO

JOAQUIM PIMENTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO E SOCIALISTA EM PERNAMBUCO (1919-1921)¹

Contato
Rodovia Alagoinhas – Salvador – BR 110 – KM 03
48.040-210 – Alagoinhas – Bahia – Brasil
acastellucci@uneb.br

 Aldrin Armstrong Silva Castellucci²
Universidade do Estado da Bahia
Alagoinhas – Bahia – Brasil

Resumo

Com base em ampla pesquisa feita na grande imprensa e na imprensa operária do Brasil, este artigo analisa o papel do advogado Joaquim Pimenta (1886-1963) na liderança da bem-sucedida greve geral de julho de 1919 no Recife e suas investidas para fundar um partido socialista de base operária em 1920 e 1921 em Pernambuco. São examinadas as razões do insucesso político-eleitoral de Pimenta, bloqueado pela forte resistência dos adeptos do anarquismo e do sindicalismo revolucionário na capital pernambucana. É comparado o movimento operário do Recife com os de outras cidades do país na mesma conjuntura e são analisadas suas similaridades e diferenças, inclusive quanto aos impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa de 1917 sobre a dinâmica das greves gerais e da organização da classe trabalhadora no período.

Palavras-chave

Greve geral – socialismo – anarquismo – sindicalismo – Joaquim Pimenta.

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. A pesquisa que deu origem a este artigo foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq por meio da Chamada Universal 01/2016 – Faixa B, Processo 400961/2016-4.

² Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular Pleno do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Editor-Chefe da Revista *Mundos do Trabalho*.



ARTICLE

JOAQUIM PIMENTA AND THE LABOR AND SOCIALIST MOVEMENT IN PERNAMBUCO (1919-1921)

Contact
Rodovia Alagoinhas – Salvador – BR 110 – KM 03
48.040-210 – Alagoinhas – Bahia – Brazil
acastellucci@uneb.br

 Aldrin Armstrong Silva Castellucci
Universidade do Estado da Bahia
Alagoinhas – Bahia – Brazil

Abstract

Based on extensive research into several Brazilian newspapers and workers' press, this paper analyses the role played by lawyer Joaquim Pimenta (1886-1963), who led the successful General Strike of July 1919, in Recife, and his advances to establish a worker-based socialist party in 1920 and 1921, in Pernambuco. It examines the reasons for Pimenta's political and electoral failure in the face of strong resistance from anarchists and revolutionary syndicalists in the capital of Pernambuco. The paper compares the workers movement in Recife with that of other Brazilian cities in the same context and analyses their similarities and differences, including the impacts of the First World War (1914-1918) and the 1917 Russian Revolution on the general strike dynamics and working class organization of the period.

Keywords

General strike – socialism – anarchism – trade-unionism – Joaquim Pimenta.

Introdução

Os anos compreendidos entre 1917 e 1921 foram marcados por inúmeras greves operárias no mundo. Essas paralisações do trabalho eram bem diversas em caráter, pauta de reivindicações, duração, métodos de ação adotados, níveis de organização e radicalização operária, número de categorias e de trabalhadores mobilizados, resultados alcançados, comportamento dos empresários e das autoridades públicas em face da chamada *questão social*, entre outros fatores. Contudo, pelo menos dois aspectos comuns influenciaram e foram influenciados pelos rumos do movimento operário do período: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa de 1917.³

No Brasil não foi diferente. A organização da classe operária em sindicatos e as greves são fenômenos anteriores. Entretanto, a conflagração mundial iniciada em 1914 e a derrubada da autocracia na Rússia em fevereiro de 1917 despertaram a atenção de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, repercutindo política e ideologicamente sobre o comportamento de trabalhadores, intelectuais, industriais e governos.

A classe operária viveu momentos de dificuldades em função do conflito militar. A guerra abriu oportunidades de negócios para o setor primário ampliar suas exportações de arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca e carnes, impactando positivamente na balança comercial do país. Por outro lado, o incremento das exportações provocou desabastecimento do mercado interno e hiperinflação dos gêneros de primeira necessidade, afetando dramaticamente as condições de vida dos trabalhadores.

O segundo problema que afetou a existência da classe operária, sobretudo nas grandes metrópoles, foi a crise habitacional, já que, em alguns casos, houve demolições das antigas moradias precárias (sobrados, casarios, cortiços, casas de cômodos), ao passo que em outros os preços dos aluguéis subiram sensivelmente, forçando os moradores mais pobres a se mudarem para as áreas mais distantes, sem nenhuma infraestrutura e tendo que pagar pelos custos com deslocamentos para o trabalho.

A situação era agravada pela intensificação da exploração por meio da ampliação da jornada de trabalho, do congelamento — em alguns casos, da redução dos salários dos operários do sexo masculino — e do uso do trabalho infantil e de mulheres, que eram remuneradas com ordenados inferiores aos dos homens. Os trabalhadores e as trabalhadoras realizaram inúmeros protestos públicos contra a carestia e a especulação nas grandes cidades do país ao longo da guerra e no ime-

³ Para uma análise comparativa sobre os impactos das guerras e revoluções sobre o movimento grevista a partir dos casos da Rússia, Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos entre 1890 e 1920, cf. HAIMSONS; TILLY, 1989.

diato pós-guerra. Esses atos funcionaram, em muitos casos, como mobilizações populares iniciais que desembocaram nas maiores greves da Primeira República (CASTELLUCCI, 2019; CASTELLUCCI, 2004, p. 95-145; CRUZ, 1981, p. 34-79; LOPREATO, 2000, p. 69-95).

Ressentidos pelo profundo mal-estar vivido nos anos de guerra, determinados segmentos dos trabalhadores encontraram nos acontecimentos da Rússia a fonte de inspiração para mudar suas próprias vidas no Brasil. Não foi sem razão que greves gerais ou generalizadas foram desencadeadas de norte a sul do país entre 1917 e 1919. Ainda que a classe operária fosse diversa em tamanho e perfil racial e nacional — e o movimento operário estivesse dividido entre partidários do sindicalismo revolucionário e do sindicalismo reformista —, a onda de protestos radicais atingiu São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador, as cinco metrópoles brasileiras da época. Até mesmo os trabalhadores de localidades menores fizeram greves gerais, como ocorrido em Nazaré, Cachoeira, São Félix e Muritiba, na Bahia; Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul; Campinas, Santos, São Roque, Sorocaba, Jundiá, Limeira e Piracicaba, em São Paulo.

Apesar das diferenças político-ideológicas existentes entre os militantes e as organizações operárias diante das influências anarquistas e socialistas, as greves de 1917 a 1919 nessas cidades demandavam uma pauta comum aos movimentos do período no plano internacional: redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, aumento de salários, abolição do trabalho infantil, igualdade de salários entre homens e mulheres que exercessem as mesmas ocupações, intervenção do Estado no combate à especulação e na regulação do abastecimento e dos preços dos alimentos, entre outros (BARTZ, 2016; BATALHA, 2017; BIONDI, 2009; CASTELLUCCI, 2005, 2019; CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2017; GUIMARÃES, 2020; JUNQUEIRA, 2020; LONER, 2001; LOPREATO, 2000; QUEIRÓS, 2009, 2013; TOLEDO, 2017).

Neste artigo examino essa conjuntura de agitações operárias no Recife, tomando como fio condutor a atuação do advogado Joaquim Pimenta (1886-1963) no movimento operário entre a greve geral de julho de 1919 e as tentativas de fundar partidos socialistas em Pernambuco, na Paraíba e em Alagoas em 1920 e 1921. Assim como seu companheiro e também advogado Agripino Nazareth (1886-1961) liderara uma bem-sucedida greve geral em junho de 1919 e a fundação de um Partido Socialista na Bahia em agosto de 1920, Pimenta esteve diretamente envolvido na realização de conferências para trabalhadores das mais diversas categorias, na organização ou reorganização de grande número de sindicatos operários, na direção de greves e na tentativa de fundação de partidos socialistas nos estados que eram interligados pela *Great Western of Brazil Railway*, cujos trabalhadores apoiaram e foram apoiados pelo personagem em diversas ocasiões.

A propaganda socialista

Após estabelecer-se professor da Faculdade de Direito do Recife, em 1917, Joaquim Pimenta se manteve um atuante publicista, atividade que iniciara quando deixou a cidade de Tauá, no interior do Ceará, em 1904, a fim de fazer o curso de humanidades e iniciar seus estudos superiores em Fortaleza. Em 1909, Pimenta se mudou para Pernambuco, graduando-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1910 aos 24 anos. Diplomado, deu aulas particulares de português, francês, latim, geografia, história e lógica para complementar os rendimentos exíguos que recebia como colunista das folhas pernambucanas. Antes de se tornar docente da Faculdade de Direito, Pimenta também trabalhou como promotor público e professor da Academia do Comércio e da Escola Normal do Recife (BEVILAQUA, 1977 [1927], p. 267-269; PIMENTA, 1949 [1945], p. 7-105).

O jornalismo político ganhou muito destaque na vida de Pimenta em 1919, ano da segunda onda de greves gerais que causaram apreensão na burguesia brasileira. Além de escrever para vários jornais, Pimenta fez uma série de conferências promovidas pela Associação dos Empregados no Comércio naquele ano. A primeira delas, realizada na noite do dia 14 de março de 1919, tinha por tema “O comércio propulsor de civilização e de solidariedade entre os povos”.⁴

Bem mais importante, porém, foi a “conferência socialista” feita na tarde de domingo, dia 8 de junho de 1919, no Teatro Municipal de Jaboatão (antigo Teatro Rosa e Silva), a convite do Sindicato de Ofícios Vários daquela cidade. A palestra tinha como tema “Capital e Trabalho”. O operário Amaro P. de Araujo, primeiro secretário da organização, convidou a “valorosa imprensa” e se despediu com o tradicional cumprimento “Saúde e evolução social”.⁵

Pimenta tinha um motivo para escolher a cidade de Jaboatão para fazer seu discurso. Além da proximidade de Recife e da grande quantidade de canaviais e engenhos de açúcar em seu entorno, Jaboatão era uma área estratégica para o movimento operário pernambucano, pois havia várias estruturas prediais da *Great Western of Brazil*, uma companhia britânica criada em Londres em 1872 com o objetivo de construir ferrovias no Brasil, inclusive a de Pernambuco, iniciada em 1879. As ferrovias cumpriam importante papel econômico no escoamento da produção de algodão e açúcar do Nordeste, função semelhante à cumprida pelas linhas férreas do sudeste do Brasil em relação ao café (GRAHAN, 1973, p. 76; MELO, 2008).

⁴ *Jornal do Recife*, Recife, 9 mar. 1919, p. 1; *Jornal Pequeno*, Recife, 12 mar. 1919, p. 3; *Jornal do Recife*, Recife, 12 mar. 1919, p. 3.

⁵ *Jornal Pequeno*, Recife, 7 jun. 1919, p. 1.

A *Great Western of Brazil* em Jaboatão tinha uma grande estação ferroviária, depósitos e importantes oficinas de reparo, pintura e reconstrução de locomotivas, carros e vagões, empregando grande número de trabalhadores, uma audiência fundamental para a propaganda socialista de Joaquim Pimenta. Já em 1913, antes da conclusão das obras de ampliação que estavam em curso naquele momento, essa companhia empregava 1.329 trabalhadores na seção de locomotivas, dos quais 14 eram ingleses. Na “época da colheita” a empresa ocupava 122 maquinistas e 129 foguistas. Essa linha férrea era usada para o transporte de mercadorias, como açúcar e álcool, da agroindústria canavieira, fição e tecidos de algodão, além da produção dos curtumes, indústrias de doces e manufaturas de tijolos, telhas e vasilhames de barro.⁶

A importância da *Great Western of Brazil* em Jaboatão foi lembrada por Pimenta em seus *Retalhos do passado*, de 1949:

Até 1919, as minhas ideias socialistas não iam além de dissertações doutrinárias e de devaneios escatológicos com a visão de um mundo novo que emergisse de um mundo velho, carcomido, gasto, exausto por séculos de preconceitos odiosos, de tiranias compressoras, de espoliações iníquas; um mundo sem mais o esmagamento ou a escravização de indivíduos, de classes, de raças, de povos, por outros mais fortes ou econômica e socialmente melhor aparelhados para os vencer e dominar.

(...)

O meu primeiro contato com a massa proletária de Pernambuco foi em uma conferência que realizei em 1919, no Teatro Municipal da cidade de Jaboatão, para um auditório, na sua maioria, de trabalhadores das oficinas da *Great Western*.

Já sindicalizados, formavam eles o núcleo central de arregimentação e controle de todo o operariado da empresa, não só em Pernambuco, mas em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. (PIMENTA, 1949 [1945], p. 191-192, 196)

Não foi sem razão que Joaquim Pimenta esteve envolvido na greve que milhares de operários daquela companhia fizeram em março de 1920, quando tentava fundar o Partido Socialista Pernambucano pela primeira vez. Decerto foi para esse contingente de operários ferroviários que Pimenta discursou, outra vez, no Teatro Jaboatão em abril de 1921. Esses trabalhadores já o compreendiam como um importante aliado político e representante de seus interesses específicos, quiçá de classe, desde 1919, relação que se estreitou por ocasião das paralisações feitas pela categoria entre 1919 e 1921.

⁶ *Impressões do Brasil no século vinte: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain, 1913, p. 202-268.

Qualificado pela *Tribuna do Povo* como dotado de “verbo esclarecido de estudioso”, Pimenta foi “especialmente convidado” pela Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco para fazer uma nova conferência no Teatro do Parque, localizado no bairro da Boa Vista, centro do Recife, na manhã do dia 14 de julho de 1919, com o objetivo de comemorar a data da Tomada da Bastilha. “As afirmações da consciência moderna” foi o tema escolhido por Pimenta para falar naquela segunda-feira que o *Jornal do Recife* anunciou como sendo de “feriado nacional” em “comemoração à data da Tomada da Bastilha, da liberdade e independência dos povos americanos”. Já a Federação das Classes Trabalhadoras convidou a população para assistir à “grande assembleia em que todas as associações operárias de Pernambuco” comemorariam a “data em que o povo francês, rebelando-se contra nobreza e clero lançou à terra a semente redentora das ideias que hoje germinam em todo o orbe”.⁷

A Revolução Francesa era uma referência compartilhada por Pimenta e outros militantes dos mais diversos matizes, como os advogados socialistas Evaristo de Moraes (1871-1939) e Maurício de Lacerda (1888-1959), no Rio de Janeiro, e Agripino Nazareth (1886-1961), que militou em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o médico anarquista Álvaro Palmeira (1889-1992), que atuou em São Paulo e no Distrito Federal; o sindicalista de origem italiana Alceste De Ambris (1874-1934); e o tipógrafo espanhol Everardo Dias (1883-1966), que havia iniciado sua militância como socialista, depois aderiu ao ideário libertário e, finalmente, ao PCB fundado em 1922 (BATALHA, 1991; CASTELLUCCI, 2005, 2012; TOLEDO, 2004).

A palestra das lideranças socialistas precedendo as greves gerais de junho e julho de 1919 foi um ponto comum entre os movimentos operários da Bahia e de Pernambuco. No caso do Recife, a palestra de Pimenta foi antecedida pela intervenção do operário Amaro de Araujo e pela execução do hino da *Internacional*, cantado por “um grupo de senhoras e senhoritas, todas proletárias”. Foi nessa ocasião que Joaquim Pimenta propôs a fundação de um “Partido Sindicalista”, ideia e nomenclatura pensada antes das iniciativas de criação do Partido Socialista Pernambucano, surgidas em 1920 e 1921.⁸ Fosse com o nome de sindicalista ou socialista, as investidas de Pimenta para criar uma organização partidária para a classe operária com vistas a participar das eleições produziram as divergências que levariam à cisão na Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco.

As ideias anarquistas e sindicalistas revolucionárias eram mais antigas e mais fortes no Recife do que em Salvador, cidade na qual esses fenômenos só ganharam maior relevância depois da greve geral de junho de 1919. Na capital baiana, seus pra-

⁷ *Jornal do Recife*, Recife, 14 jul. 1919, p. 1.

⁸ *Tribuna do Povo*, Recife, 14 jul. 1919, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 19 jul. 1919, p. 1.

ticantes eram especialmente presentes entre os trabalhadores da construção civil e os padeiros. Já os adeptos das ideias socialistas e do sindicalismo reformista tinham sua força mais evidente entre os trabalhadores têxteis de Salvador e das manufaturas de charutos do Recôncavo da Bahia (CASTELLUCCI, 2005, 2012, 2019).

Um dos polos de atuação dos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários no Recife era a Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, fundada em 1914 graças à ação de José Elias da Silva, enviado pela Confederação Operária Brasileira (COB), sediada no Rio, para fazer propaganda sindicalista nos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco.⁹

Em meados de julho de 1919, a Federação contava com 19 sindicatos membros das mais diversas categorias: operários da construção civil, sapateiros, agulheiros, metalúrgicos, gráficos, padeiros, carregadores, estivadores, carvoeiros, tanoeiros, barriqueiros, lancheiros, cigarreiros, engomadeiras, condutores de veículos e quatro sindicatos de ofícios vários, um deles em Jaboatão.¹⁰

Outro núcleo importante dos anarquistas e sindicalistas pernambucanos estava na *Tribuna do Povo*, periódico fundado em 1 de março de 1918, convertido em órgão da Federação em 1 de dezembro de 1918. Entre as lideranças destacavam-se o tipógrafo Antonio Bernardo Canellas (1898-1936) e o advogado Christiano Cordeiro (1895-1987).¹¹ Contudo, o líder mais expressivo da vitoriosa greve geral de 1919 no Recife não foi um anarquista, mas o advogado socialista Joaquim Pimenta.¹²

A greve geral de julho de 1919

Joaquim Pimenta foi a liderança central da vitoriosa greve geral de julho de 1919 em Pernambuco. Dado o peso do grande capital britânico nos setores de transportes urbanos e ferroviários, o movimento grevista de 1919 apresentou uma forte

⁹ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1914, p. 1; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 maio 1914, p. 1; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 maio 1914, p. 1-2.

¹⁰ *Tribuna do Povo*, Recife, 19 jul. 1919, p. 2. Os sindicatos filiados naquele momento eram os seguintes: Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores em Armazém e Carregadores, União Geral da Construção Civil, Liga Mista dos Cigarreiros, Associação dos Sapateiros e Classes Anexas, União dos Estivadores, Sindicato dos Metalúrgicos, União dos Tanoeiros, Liga Protetora dos Barriqueiros, Sociedade União dos Carvoeiros, União dos Lancheiros, União Sindicalista Gráfica, União dos Condutores de Veículos, Sociedade União dos Agulheiros, Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão, União Operária da Várzea, Sindicato de Ofícios Vários da Várzea, União Panificadora do Recife, União das Engomadeiras, Sindicato de Ofícios Vários do Recife.

¹¹ *Tribuna do Povo*, Recife, 10 mar. 1918, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 20 nov. 1918, p. 4; *Tribuna do Povo*, Recife, 1 dez. 1918, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 1 mar. 1919, p. 3.

¹² *A Província*, Recife, 22 jul. 1919, p. 3; *A Província*, Recife, 23 jul. 1919, p. 1; *A Província*, Recife, 24 jul. 1919, p. 1; *A Província*, Recife, 29 jul. 1919, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 2 ago. 1919, p. 1 e 3.

dimensão de classe associada à contornos nacionalistas. A paralisação foi iniciada no dia 22 de julho de 1919 pela *União Cosmopolita*, o sindicato dos operários da *The Pernambuco Tramways & Power Company Limited*, uma companhia britânica fundada em 1913, administradora dos serviços de bondes, geração e distribuição de eletricidade, iluminação pública e particular e telefonia do Recife.¹³

Logo no primeiro dia do movimento, a *Pernambuco Tramways* reagiu com repressão às demandas de seus cerca de dois mil trabalhadores por melhorias salariais e em suas condições de trabalho. Em vez de negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, o superintendente W. C. Butler pressionou doze operários da usina geradora de eletricidade a continuarem a trabalhar e acionou 84 fiscais da companhia para atuarem como fura-greves trabalhando como condutores e motorneiros dos bondes. A ação da empresa teria garantido a circulação de dois bondes por linha, todos “guardados por praças da Força Pública do Estado, armados de carbabinas”, no centro do Recife e nos subúrbios da cidade durante o primeiro dia da greve. Butler declarou que atenderia aos operários se eles se apresentassem “pessoalmente, sem ser por intermédio de associações ou intermediários”. Segundo a lógica patronal, os trabalhadores deveriam voltar ao serviço imediatamente, pois a resposta para suas reivindicações só seria dada após “meticuloso estudo”.¹⁴

A fala de Butler é significativa, já que é possível verificar vários elementos de continuidade da atitude patronal em face das reivindicações operárias. Primeiro, a companhia se negava a reconhecer a *União Cosmopolita*, isto é, o sindicato operário como legítimo representante dos trabalhadores. Em segundo lugar, a ideia de receber os operários “sem intermediários” atendia ao óbvio imperativo de identificar as lideranças para demiti-las. Por último, negar legitimidade e espaço a Joaquim Pimenta tinha o objetivo de isolar os trabalhadores das lideranças socialistas que apontassem para bandeiras mais amplas, que ultrapassassem os limites da categoria e dessem relevo para interesses de classe. O argumento patronal era que o professor Pimenta, ainda que apresentado como advogado da *União Cosmopolita*, era um *elemento estranho* e não pertencente ao corpo de trabalhadores da companhia. Trata-se do mesmo pretexto que os industriais baianos usaram contra Agripino Nazareth durante

¹³ As informações sobre essa companhia foram extraídas das seguintes fontes: *A Província*, Recife, 1 abr. 1913, p. 1; *A Província*, Recife, 2 set. 1913, p. 1; *A Província*, Recife, 20 set. 1913.1; *A Província*, Recife, 21 set. 1913, p. 4; *A Província*, Recife, 29 out. 1913, p. 1. “Em 1912, havia nove companhias de transporte urbano pertencentes aos ingleses, uma em cada uma das maiores cidades do país. Contando todos os tipos de companhias de utilidade pública, os britânicos estavam intimamente ligados a doze delas, nos fins de 1890, com um capital nominal de 3,3 milhões de libras; em 1927, havia 33 destas companhias inglesas com capital de 94,7 milhões de libras”. GRAHAN, 1973, p. 123.

¹⁴ *Jornal Pequeno*, Recife, 22 jul. 1919, p. 1-2.

a greve geral de junho e a greve que paralisou todas as fábricas têxteis de Salvador em setembro de 1919, quando Nazareth atuava como advogado do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e da União dos Tecelões da Bahia (CASTELLUCCI, 2004, 2005).

Os trabalhadores da *The Pernambuco Tramways* tinham fundado seu sindicato, a *União Cosmopolita*, uma semana antes da deflagração da greve. Da mesma maneira que Agripino Nazareth havia assessorado política e juridicamente as lideranças operárias de Salvador na fundação de vários sindicatos e da Federação dos Trabalhadores Baianos, Joaquim Pimenta também teve papel fundamental na criação de organizações sindicais no Recife. A *União Cosmopolita* foi uma delas. Por ocasião dos protestos de julho de 1919, esse sindicato já reunia mais de trezentos filiados entre condutores, motorneiros e operários das oficinas e usinas geradoras de energia da companhia.¹⁵

Pretendendo aproveitar de forma segura a força da organização que ajudara a criar, Pimenta buscou a solidariedade de classe dos dirigentes da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco e se pôs à frente de uma comissão de negociação formada por seis trabalhadores: Cicero Francisco da Malta (motorneiro), Antonio Jesus (empregado das oficinas), José Bezerra (empregado da usina elétrica), José de Albuquerque (condutor), José Negrino Araujo (eletricista), Eugenio Bittencourt (usina elétrica).¹⁶

Algumas das reivindicações constantes no *memorial* da *União Cosmopolita* eram comuns a inúmeros protestos feitos pelos trabalhadores do mundo: aumento salarial, uma demanda que visava recompor minimamente o poder de compra dos trabalhadores, que havia sido duramente corroído pela inflação e a especulação durante os anos de guerra; redução da jornada de trabalho para oito horas diárias; e respeito ao direito de organização sindical. A pauta completa dos motorneiros e condutores de bondes tinha 21 pontos. Quando eram incluídas as outras categorias de trabalhadores da *The Pernambuco Tramways*, a lista de reclamações apresentava 28 itens.¹⁷

O instrumento escolhido pela liderança dos trabalhadores para peticionar seus direitos — o *memorial* —, era semelhante ao usado durante as greves realizadas em outras cidades do Brasil, a exemplo de Salvador em junho de 1919. Os *memoriais* contendo as reivindicações operárias em ambos os estados são claramente da lavra de Agripino Nazareth, no caso da Bahia, e Joaquim Pimenta, no episódio de Pernam-

¹⁵ *Tribuna do Povo*, Recife, 19 jul. 1919, p. 3; *A Província*, Recife, 22 jul. 1919, p. 3.

¹⁶ *Jornal do Recife*, Recife, 22 jul. 1919, p. 2; *A Província*, Recife, 22 jul. 1919, p. 3.

¹⁷ *A Província*, Recife, 22 jul. 1919, p. 3; *A Província*, Recife, 23 jul. 1919, p. 1; *Jornal Pequeno*, Recife, 22 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 23 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 24 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal do Recife*, Recife, 22 jul. 1919, p. 2; *Jornal do Recife*, Recife, 23 jul. 1919, p. 1; *Jornal do Recife*, Recife, 24 jul. 1919, p. 1-2.

bucu. Nos dois documentos há evidências da influência das ideias e do movimento socialista internacional (CASTELLUCCI, 2019).

Em entrevista ao *Jornal Pequeno* no primeiro dia da greve, Joaquim Pimenta procurou destacar a legitimidade das reivindicações da *União Cosmopolita* em contraste com a arrogância e truculência da *Pernambuco Tramways*. Segundo ele, as pessoas que tivessem lido “atenciosamente” o memorial da União Cosmopolita aplaudiriam “o movimento do operariado da Tramways”, mas não fariam “uma ideia exata do regime de arbitrariedades, humilhações, violências, verdadeira e insuportável escravidão a que vinham se sujeitando homens dignos e livres” naquela “idade doiro” vivida “em todos os países cultos e progressistas do mundo” naquele momento, marcado pelo “triunfo das ideias e aspirações sindicalistas, fortalecidas por uma nova concepção jurídica das relações do trabalhador com o Estado moderno”.¹⁸

Ainda no dia 22 de julho, os cerca de 550 operários das docas aderiram à greve iniciada pelos dois mil trabalhadores da *Pernambuco Tramways*. Além disso, nos dias que se seguiram, várias outras categorias fizeram reuniões de diretorias e assembleias sindicais para tratar da paralisação e declararam solidariedade ao movimento, algumas delas adiantando que estavam prontas para entrar em greve, aguardando apenas a orientação da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco.¹⁹

No dia 25 de julho, em vista do impasse causado pela intransigência patronal, a Federação convocou uma greve geral, chamado que foi atendido pelos trabalhadores de todas as categorias, exceto os ocupados no fornecimento de água, pão, carne e luz, autorizados pela liderança do movimento a não paralisarem o trabalho “para não fazer sofrer a população do Recife”. Além dos trabalhadores dos bondes, usina e oficinas da *The Pernambuco Tramways & Power Company Limited* e dos operários das docas do Recife, milhares de ferroviários da *The Great Western of Brazil Railway*, outra companhia britânica, também aderiram, fazendo com que a capital pernambucana ficasse isolada. O trabalho foi completamente paralisado, ainda, no porto e nos armazéns da cidade, com a adesão dos estivadores, carregadores, carvoeiros e marítimos. Por fim, os choferes, carroceiros, operários da construção civil, marceneiros, metalúrgicos, gráficos, sapateiros, cigarreiros, têxteis, tanoeiros, barriqueiros e os trabalhadores em cafés, restaurantes e hotéis também engrossaram as fileiras da greve geral.²⁰

Generalizada a greve, foram criadas comissões representativas das várias categorias operárias envolvidas na paralisação com o objetivo de sensibilizar o chefe de

¹⁸ *Jornal Pequeno*, Recife, 22 jul. 1919, p. 1-2.

¹⁹ *Jornal Pequeno*, Recife, 22 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 23 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 24 jul. 1919, p. 1-2.

²⁰ *Jornal Pequeno*, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2; *Tribuna do Povo*, Recife, 2 ago. 1919, p. 3.

polícia Antonio Guimarães e o governador Manoel Borba para a justiça e o caráter pacífico do movimento, outra semelhança com o *modus operandi* de Agripino Nazareth durante a greve geral de junho de 1919 em Salvador. Liderada por Joaquim Pimenta, a primeira comissão era composta por José Cruz, Guilhermino Seabra, José Ramos da Silva, Octaviano Cavalcante da Silva, José Bezerra, Francisco Rabello e Cícero Pereira Malta. A segunda comissão era formada por Octaviano Cavalcante da Silva, Luiz Araujo, Amaro de Araujo e José Cruz. Tendo Pimenta à frente, essas comissões negociaram por duas vezes com o superintendente da *Pernambuco Tramways*.²¹

Os discursos anti-imperialistas de Pimenta terminaram por ganhar as simpatias da população e foram eficientes na neutralização do próprio governador Manoel Antonio Pereira Borba (1864-1928), que, assim como o governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão (1875-1931) em face da greve geral de junho de 1919 na Bahia, não ordenou nenhuma ação policial de repressão aos grevistas e intercedeu no sentido de garantir um acordo em uma reunião realizada no Palácio do Governo no dia 27 de julho.²² Tal qual Antonio Moniz, que era discípulo de J. J. Seabra (1855-1942) na Bahia, Manoel Borba foi inserido no circuito do poder estadual em Pernambuco por Emídio Dantas Barreto (1850-1931), que o fez seu sucessor e com o qual rompeu em meio à greve de 1917 no Recife (LEVINE, 2008, p. 131-134; SAMPAIO, 1999 [1975], p. 125-157).

Confiante, o movimento operário elevou o tom contra W. C. Butler, o superintendente da *The Pernambuco Tramways*, que foi chamado de “escravocrata” pela Federação dos Trabalhadores. No dia 28 de julho, isolada, a companhia cedeu em 26 pontos da pauta de reivindicações dos trabalhadores, especialmente os atinentes ao aumento de salários e abolição das multas e da fiscalização secreta. A jornada de trabalho de oito horas não foi alcançada, mas foi negociado um limite de até dez horas de labor diário nos bondes, oficinas e usinas da empresa.²³

No começo da tarde do dia 28 de julho, uma passeata e um *meeting* reuniram vinte mil operários na praça da avenida Martins de Barros. Discursaram, entre outros, Amaro Araujo, secretário geral da Federação, e Christiano Cordeiro (1895-1987), futuro integrante do grupo fundador do PCB em 1922 e um dos dirigentes da organização no Recife. Em seguida, nova passeata foi feita pelas ruas Primeiro de Março, Praça da Independência, Nova Imperatriz, Hospício, Formosa, Aurora, ponte Santa Izabel, Praça da República, entre outras. A multidão foi engrossada a cada momento e atingiu a extraordinária quantidade de cinquenta mil pessoas. Um segundo

²¹ *Jornal Pequeno*, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 28 jul. 1919, p. 1.

²² *Jornal Pequeno*, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal do Recife*, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal Pequeno*, Recife, 28 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal do Recife*, Recife, 29 jul. 1919, p. 1.

²³ *Jornal Pequeno*, Recife, 28 jul. 1919, p. 1-2.

comício foi realizado. Da sacada de *O Louvre*, Joaquim Pimenta “proferiu eloquente e formosa alocução, sendo muito aplaudido e aclamado”. A multidão portava estandartes dos sindicatos e cantava a *Internacional* e “outros hinos libertários”.²⁴

Em suas memórias de 1949, publicadas trinta anos depois da vitória da greve geral, Pimenta registrou que além da adesão de todos os trabalhadores da *The Pernambuco Tramways* e de outras categorias operárias de Pernambuco, o sucesso da greve dependia do convencimento da população do Recife da justiça do movimento em termos nacionais. A *União Cosmopolita* e os outros sindicatos precisavam demonstrar que a luta dos trabalhadores não se resumia aos interesses de certas categorias operárias ou mesmo da classe trabalhadora. Era necessário estabelecer que o conflito opunha cidadãos brasileiros contra a arrogância dos dirigentes de uma corporação capitalista britânica. Fazia-se imperioso “conquistar, quanto antes, a opinião pública, ou, pelo menos, não a ter em hostilidade à nossa causa”. Ganhar o “apoio moral” da população do Recife era importante até mesmo para impedir que, no limite, o governo “se desmandasse em medidas de repressão, que fizessem abortar o movimento” (PIMENTA, 1949 [1945], p. 199-202).

Ao mesmo tempo, a generalização do movimento grevista, englobando os trabalhadores de todas as empresas de transporte urbano e ferroviário, do porto e dos armazéns e os operários fabris, tinha um outro significado importante. A greve geral não foi exclusivamente uma manifestação do “sentimento nativista da maioria ou de toda a massa obreira, que se erguia e impunha aquela adesão unânime”. Ela foi, segundo Pimenta, “a voz de uma *consciência de classe* que se ensaiava em distinguir a linha fronteira e os pontos estratégicos que o Marxismo havia marcado a luta entre o Proletariado e a Burguesia...” (PIMENTA, 1949 [1945], p. 199-202).

Além dos componentes *nacional* e de *classe*, havia ainda a dimensão que se chamaria hoje de *relação de consumo*. Além da carestia dos alimentos e da precariedade das habitações populares, a imprensa coetânea frequentemente denunciava os altos preços e a péssima qualidade dos serviços prestados pela companhia britânica, problemas que afetavam toda a população do Recife e aumentava a indisposição nacional contra os estrangeiros.

Por fim, o contexto político no qual a greve geral do Recife foi deflagrada, em meio às articulações para as eleições dos governadores, colaborou para o sucesso do movimento, tal qual havia ocorrido em Salvador. Afinal, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, setores importantes das oligarquias estaduais possuíam antigos laços com segmentos da classe operária e desejavam reativar ou fortalecer essas relações

²⁴ *A Província*, Recife, 24 jul. 1919, p. 1; *A Província*, Recife, 29 jul. 1919, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 2 ago. 1919, p. 1 e 3; *Jornal Pequeno*, Recife, 28 jul. 1919, p. 1-2; *Jornal do Recife*, Recife, 29 jul. 1919, p. 1.

como forma de garantir maior legitimidade por meio da construção de uma base social de apoio mais ampla para suas pretensões de poder. As autoridades públicas e parte das elites econômicas e políticas desejavam incorporar os trabalhadores da cidade de maneira subordinada, como complemento urbano de sua clientela rural. Por outro lado, em Pernambuco, na Bahia e em outras partes, muitos trabalhadores e lideranças socialistas tentaram extrair o máximo de proveito dessa rede política, ainda que estivessem conscientes de sua condição mais frágil na teia paternalista armada por e com os políticos profissionais e as autoridades governamentais.

Pode-se dizer que os trabalhadores estavam fazendo aquilo que E. P. Thompson chamou de “reconstrução seletiva do paternalismo”, extraíndo dessa relação os elementos que lhes favoreciam (THOMPSON, 1998, p. 167). Afinal, como insistiu Thompson, “em tempos de preços elevados e de penúria, a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada do modelo paternalista” (THOMPSON, 1998, p. 204).

Resguardadas as devidas especificidades históricas, esse foi um aspecto extremamente importante nas greves gerais de 1917-1919 no Brasil, já que a exigência de controle de preços e o combate à especulação com os gêneros de primeira necessidade foram, ao lado das demandas de aumento de salários e redução da jornada de trabalho, algumas das reivindicações centrais daqueles movimentos de norte a sul do país.

Ainda que distantes no tempo e no espaço dos chamados motins de fome feitos pela plebe da Inglaterra do século XVIII, as greves gerais de 1917-1919 no Brasil se caracterizaram enquanto verdadeiras revoltas operárias contra a superexploração patronal e em defesa de medidas protetivas por parte do Estado. Essas exigências de proteção à economia popular, feitas pela classe operária às autoridades do Estado, estavam contaminadas de valores e noções de direitos e deveres recíprocos que caracterizam o paternalismo, uma relação que implica certo nível de dominação dos que estão no andar de cima da sociedade, mas não significa falta de consciência de classe e subserviência acrítica dos de baixo.

Em sintonia com a perspectiva da história social, este estudo não estabelece um afastamento entre um suposto movimento operário absolutamente autônomo, independente, combativo, avesso à negociação e determinado à revolução social durante a Primeira República, e um sindicalismo essencialmente conciliador e enquadrado pelo Estado e pela legislação trabalhista, com trabalhadores domesticados e manipulados no pós-1930. Refutar esse modelo dicotômico, sem correspondente empírico em nenhuma realidade, pressupõe entender o paternalismo (assim como populismo e trabalhismo) como conceito útil para analisar situações históricas concretas, mas não como descritor de uma forma de dominação e manipulação uni-

lateral por parte de elites e classes dominantes sem múltiplas e variadas formas de aliança e resistência dos trabalhadores.²⁵

A luta de classes depois da greve geral

Ainda que a greve geral de julho tenha sido vitoriosa, na noite de 10 de agosto de 1919 nova paralisação foi deflagrada na *Pernambuco Tramways* em resposta ao desrespeito a cláusulas do acordo e ao recrudescimento da repressão que a empresa desencadeou contra os trabalhadores e sua organização sindical, dessa vez com a cooperação da polícia, que promoveu espancamentos e prisões de lideranças sindicais. As usinas de geração de energia foram desligadas e fechadas. Alguns danos produzidos nessas unidades de produção de energia e nos cabos de transmissão de eletricidade que tinham sido cortados demandariam dias para serem reparados. Os serviços de transporte e iluminação pública e particular foram suspensos. Alguns bondes teriam sido incendiados nas ruas do Recife. Tropas policiais e militares foram mobilizadas para conter as “depredações” e realizaram prisões.

Dessa vez, Pimenta alegou desconhecer a intenção da *União Cosmopolita* de deflagrar greve naquele momento, mas sabia que existia “um espírito de revolta contra a companhia”, sentimento que se “aguçava cada vez mais com a continuação das perseguições” que a empresa movia “contra seus operários”. A responsabilidade pela nova greve seria da “administração ferrenha” da corporação, que não havia cessado a “animosidade” contra o “gênio de nosso povo”.²⁶

Um novo *memorial* foi redigido por Joaquim Pimenta e entregue à companhia *Pernambuco Tramways*. Reivindicava-se o seguinte: jornada de trabalho de oito horas; readmissão dos trabalhadores demitidos por tomarem parte na greve geral; garantia de não demissão dos que apoiavam o memorial que estava sendo apresentado; aumentos salariais conforme uma tabela detalhada para os trabalhadores de cada setor da empresa.²⁷

No dia 19 de agosto, o *Jornal Pequeno* anunciava o fim da greve ao mesmo tempo em que dava ao público uma carta do superintendente da *Pernambuco Tramways* com acusações contra Pimenta, o qual estaria planejando dinamitar bondes que estivessem transitando e agredir encarregados da empresa. Pimenta negou as acusações,

²⁵ Para uma minuciosa discussão sobre a pertinência do uso desses conceitos, cf. NEGRO, 2004.

²⁶ *Tribuna do Povo*, Recife, 23 ago. 1919, p. 1; *Tribuna do Povo*, Recife, 30 ago. 1919, p. 2; *Jornal Pequeno*, Recife, 12 ago. 1919, p. 1-2.

²⁷ *Jornal Pequeno*, Recife, 13 ago. 1919, p. 1-2.

reputando-as como “vil calúnia”.²⁸ Em carta ao *Jornal Pequeno*, Pimenta aproveitou para insuflar, novamente, os sentimentos nacionalistas e anti-imperialistas contra a companhia britânica e seus prepostos:

O povo de Pernambuco, os meus colegas de Faculdade, os meus amigos sabem que tenho um passado de fazer inveja a muitos tipos que chegam ao nosso país sem se saber de onde, de crônica desconhecida, que se vão fazendo depois senhores da terra, que nos tratam como colonos, e por cima de tudo isto insultam e caluniam os homens de bem que se atrevem a protestar contra o modo arrogante com que nos falam.²⁹

Nos dias seguintes, o movimento dos trabalhadores da *Pernambuco Tramways* parece ter refluído, sendo publicadas apenas pequenas notas na imprensa.³⁰ Ao mesmo tempo, algumas categorias tentaram retomar a luta com o apoio direto de Pimenta, que fez diversas conferências com esse objetivo. No Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão, reorganizado em setembro de 1919, por exemplo, Pimenta fez uma preleção sobre “como se deve formar a consciência do operariado”.³¹ Já o Sindicato de Ofícios Vários de Nazaré foi fundado em novembro de 1919 sob a direção daquele líder socialista.³² Em maio de 1920, o professor Pimenta participou das comemorações do segundo aniversário de fundação e da posse da nova diretoria da União Beneficente dos Auxiliares de Cafés e Hotéis de Pernambuco.³³ Em abril e maio de 1921, Pimenta fez novas conferências na União dos Estivadores, na União dos Metalúrgicos e no Sindicato de Ofícios Vários da Torre.³⁴

Além do trabalho de propaganda político-ideológica, feito por meio das conferências de fundação, reorganização de sindicatos e posse de diretorias sindicais, e da celebração do calendário do movimento operário (Primeiro de Maio, 14 de Julho), Pimenta também liderou greves de outras categorias, a exemplos da que foi feita pelos operários da fábrica de cigarros Caxias, em fevereiro de 1920.³⁵

Ainda mais proeminente foi o papel cumprido por Pimenta na greve dos empregados e operários da *Great Western*, iniciada em 20 de março de 1920, reivindicando aumento salarial, ocasião em que foram paralisados não apenas as oficinas e trens, mas também os telégrafos da companhia. Logo no início da greve, dois mil operá-

²⁸ *Jornal Pequeno*, Recife, 19 ago. 1919, p. 1.

²⁹ *Jornal Pequeno*, Recife, 19 ago. 1919, p. 1.

³⁰ *Jornal Pequeno*, Recife, 20 ago. 1919, p. 1.

³¹ *A Província*, Recife, 14 set. 1919, p. 3.

³² *A Província*, Recife, 16 nov. 1919, p. 1.

³³ *A Província*, Recife, 22 maio 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 24 maio 1920, p. 2.

³⁴ *A Província*, Recife, 2 abr. 1921, p. 3; *A Província*, Recife, 4 abr. 1921, p. 2; *A Província*, Recife, 21 maio 1921, p. 1.

³⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1920, p. 2.

rios das oficinas de Jaboatão, Areias, Palmares e Cabedelo paralisaram o trabalho, número que chegava a cinco ou seis mil obreiros em greve quando eram incluídos os ramais dos estados de Alagoas e Paraíba, também pertencentes à *Great Western*.

A Federação das Classes Trabalhadoras e o Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão promoveram várias reuniões com o governador José Bezerra, sucessor e aliado de Manoel Borba, e com membros da administração da empresa, sem contar os vários comícios na Praça da Independência e no Largo do Carmo, em frente ao jornal *Hora Social*. Nessas manifestações falaram vários trabalhadores, como Cassiano Pereira, Oscar Crespo e Argemiro da Silva, mas se destacaram as lideranças já conhecidas, como Amaro de Araujo, Christiano Cordeiro e o próprio Joaquim Pimenta, apresentado como “advogado da classe em greve” e “advogado dos grevistas”.

A paralisação extrapolou as oficinas, estações e o tráfego entre o Recife e Jaboatão e atingiu os estados de Alagoas e Paraíba. Pimenta conclamou os trabalhadores da *Pernambuco Tramways* a aderirem ao movimento da *Great Western*. Até mesmo a ameaça de uma nova greve geral surgiu em uma grande reunião promovida pela Federação das Classes Trabalhadoras no dia 24 de março, que contou com a presença de representantes da União dos Metalúrgicos, Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão, União de Resistência dos Carregadores e Trabalhadores em Armazéns, Sindicato dos Alfaiates, União dos Carvoeiros, União Panificadora do Recife, União dos Estivadores, União Cosmopolita, Associação dos Sapateiros e Classes Anexas, Sindicato de Ofícios Vários do Cabo, União Sindicalista dos Artistas Gráficos, Sindicato dos Marceneiros, delegação de operários da Fábrica Caxias e comitê de *A Hora Social*.

O governador chegou a propor um acordo aos operários (recusado por eles) por meio do qual os representantes dos trabalhadores analisariam a escrituração da *Great Western* e, caso constatassem a real incapacidade da empresa de assumir os custos do aumento salarial, voltariam ao trabalho e aguardariam as negociações contratuais com o Governo Federal. Forças policiais e militares do Exército e da Marinha foram mobilizadas para proteger as propriedades da companhia, que se negou a negociar com os operários. O movimento se encerrou no dia 28 de março de 1920 com o acordo negociado por Joaquim Pimenta e o governador José Bezerra com a companhia, por meio do qual o patronato se comprometia a pagar metade dos salários descontados durante a greve, não demitiria os grevistas ou aqueles que se vinculassem ao sindicato e consideraria a realização de aumentos salariais assim que o Governo Federal revisse o contrato que mantinha com a empresa.³⁶

³⁶ *A Província*, Recife, 21 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 22 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 24 mar. 1920, p. 1; *A Província*, Recife, 25 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 26 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 27 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 28 mar. 1920, p. 3; *A Província*, Recife, 24 mar. 1920, p. 1; *Correio da Manhã*,

A luta por um partido socialista

Esses desdobramentos, marcados por ascenso e descenso do movimento operário de Pernambuco, são alguns dos aspectos que se assemelham ao verificado na Bahia, como demonstrei páginas atrás. Outra semelhança entre o movimento operário pernambucano e baiano diz respeito à organização política dos reformistas. Da mesma forma que Agripino Nazareth fundou, em agosto de 1920, um bem-enraizado Partido Socialista Baiano entre os trabalhadores, Joaquim Pimenta também apontou para a necessidade de criar um Partido Socialista Pernambucano, ainda que enfrentando maior resistência dos anarquistas e dos praticantes do sindicalismo revolucionário.

As tentativas de organização política da classe operária no Brasil não eram novas. Desde a década de 1890 e durante a Primeira República, numerosos partidos autodenominados operários e socialistas foram fundados em cidades diversas, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Belém, Manaus, Porto Alegre e Curitiba. Essas organizações se apresentavam como representantes dos interesses da classe operária e combinavam, em seus programas, tanto elementos políticos como reivindicações relativas às condições de trabalho e de vida do operariado (BIONDI, 2011; CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2017; CASTELLUCCI, 2010; LONER, 2010; PÁDUA, 1985; SCHMIDT, 2007; SOUZA, 2020a; SOUZA, 2020b; VENEU, 1987).

As bases do Partido Socialista Pernambucano (PSP) proposto por Joaquim Pimenta depois da greve geral traduziam o desacordo entre as diferentes correntes do movimento operário no Recife naquele momento. Elas foram publicadas pelo diário *A Província* no dia 25 de fevereiro de 1920, portanto seis meses antes de seu congêner baiano ser efetivamente instaurado em Salvador. O documento dizia que o PSP seria uma “organização autônoma”, podendo fazer parte dele, além dos trabalhadores, pessoas aptas a “sinceramente cooperar na defesa dos direitos e dos interesses da classe operária”. O PSP apoiaria a “causa sindical”, a única de que está pendente a emancipação do operariado”. Lançaria candidatos e pediria votos para eles apenas como “arma de combate, por si só insuficiente para resolver a questão social, mas que, bem manejado”, poderia “eficazmente opor-se contra a resistência política dos governos às reivindicações proletárias”.

O “programa de ação” do PSP deveria “incluir todos os problemas que dissessem respeito à reorganização da sociedade no ponto de vista econômico, edu-

Rio de Janeiro, 23 mar. 1920, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1920, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1920, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 4; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1920, p. 5; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1920, p. 5; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 2.

cacional, jurídico e político”. A Federação das Classes Trabalhadoras, assim como os sindicatos (federados ou não a ela), se manteriam, “como agremiações, alheias à organização e à atividade política do P.S.P.”, isto é, continuariam a “agir livremente, de acordo com os seus próprios estatutos”.

Os operários, sindicalizados ou não, poderiam aderir ao PSP individualmente, mas não lhes era permitido “assumir, no seio da corporação” a que pertencessem, o “papel de representante do partido”. O PSP não teria “chefe”. Obedeceria à “orientação de um diretório eleito por seus membros”. Este diretório seria “constituído por pessoas identificadas com os princípios de propaganda sindicalista”. O membro do PSP que traísse a “causa operária” seria “imediatamente eliminado, negando-se, além disso, o direito de reaver as cotas com que contribuiu para o partido, fazendo-se mais da sua traição ampla publicidade, não só no estado, como entre todas as associações obreiras do país”. Por fim, os que exercessem qualquer mandato em nome do PSP assinariam o “compromisso de honra” de que se destituiriam desse mandato assim que perdessem a “confiança da maioria dos seus correligionários”.³⁷

Mesmo com todas as garantias de autonomia dos sindicatos e da Federação das Classes Trabalhadoras em relação ao PSP, a resistência dos libertários e dos partidários da ação direta parece ter sido tenaz. Ainda em março de 1920, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, repercutiu a cisão no movimento operário de Pernambuco. Segundo aquele periódico, as “graves desinteligências” entre a “orientação dos dois chefes socialistas Joaquim Pimenta e Canellas” dividiu a Federação das Classes Trabalhadoras em “duas correntes distintas, ficando uma, a antiga, chefiada por Pimenta, reunindo os metalúrgicos e os cosmopolitas, e a outra, dirigida por Canellas, congregando os operários da União da Construção Civil”, que estava “anexa aos estivadores e trabalhadores em armazéns de açúcar e outras classes”. A razão da cisão teria sido o desejo de Pimenta de “arregimentar os trabalhadores para sufragarem candidatos, nas eleições”. A dissidência passou a se congrega na Federação Sindicalista de Pernambuco.³⁸

Em maio de 1920, diante das dificuldades e resistências à fundação do PSP, alguns membros da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, como Antonio Correia, se aliaram a estudantes e professores da Faculdade de Direito do Recife, a exemplo de Christiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho, para fundar o Centro de Estudos Sociais (CES), que tinha o objetivo declarado de promover uma aliança entre os trabalhadores intelectuais e manuais. O jornal *A Hora Social*, editado por Antonio Correia como novo órgão da Federação de Resistência

³⁷ *A Província*, Recife, 25 fev. 1920, p. 2.

³⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1920, p. 3.

das Classes Trabalhadoras, fez conclamações à unidade dos operários com os intelectuais em torno de ideias revolucionárias, ao mesmo tempo em que rejeitava a ideia de fundação de um partido socialista.³⁹

Em outubro de 1920, *A Vanguarda*, “Órgão da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco”, vocalizou a resistência libertária contra a participação dos trabalhadores na grande política em Pernambuco republicando um artigo que Octavio Brandão havia dado ao público em agosto daquele ano no Rio de Janeiro. Intitulado “Aos trabalhadores do Brasil”, o texto foi claramente utilizado para alimentar a luta contra a influência de Joaquim Pimenta no movimento operário pernambucano. Nele, Brandão sustentou a tese de que o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Distrito Federal em abril de 1920, havia demonstrado a existência de “uma única tendência” no “seio do proletariado consciente” do país: a “anarquista comunista”. De modo que a pregação de uma ideia diferente daquela constituiria uma “obra condenável, nefastíssima”, que serviria para preparar a “cisão do proletariado, portanto enfraquecê-lo”. Por outro lado, os “anos de lutas sem trégua” tinham “revelado” que os trabalhadores só poderiam “resolver suas questões pela Ação Direta, pelas batalhas sindicalistas, pelas greves revolucionárias”.⁴⁰

Trabalhadores de todos os rincões da terra brasileira: desconfiai dos líderes, dos oradores, dos juristas, dos sacerdotes, dos políticos, porque eles têm sorrisos de crianças e garras de abutres; desconfiai dos socialistas; desprezai os caçadores de votos; não vos deixais levar pelos exploradores patrioteiros e nacionalistas, e meditai sempre nessas poucas palavras que resumem todo os vosso grandioso ideal: organização sindicalista revolucionária; revolução e posse do poder; transformação da sociedade burguesa em sociedade anarquista-comunista.⁴¹

No começo de novembro de 1920, nove meses depois da frustrada tentativa de fundar o Partido Socialista Pernambucano, Joaquim Pimenta concedeu uma entrevista ao *Rio-Jornal* na qual dizia que tinha sido o autor do documento contendo o que seriam as bases daquela organização, mas que desistira de seguir adiante com a efetiva fundação do PSP em fevereiro de 1920 porque, a despeito de a maioria do operariado estar de acordo com a empreitada política que ele propôs, havia um “pequeno grupo que divergia”, algo que não lhe “convinha”, porque sempre se esforçara pela “união integral da classe operária”, sempre lutara para que “do seu seio não se dispersasse ninguém”. Ele temia a “desarmonia de vista” e a “desagregação” das associações em meio às “rivalidades e lutas estéreis”. Pimenta declarou também que,

³⁹ Sobre a fundação do CES e a relação de Joaquim Pimenta com os comunistas no Recife, cf. BARTZ, 2015.

⁴⁰ *A Vanguarda*, Recife, 23 out. 1920, p. 2.

⁴¹ *A Vanguarda*, Recife, 23 out. 1920, p. 2.

ao suspender o processo de fundação do PSP, desejava “patentear aos dissidentes” e aos que lhe “atribuíam injustamente intuitos políticos de interesse pessoal” que “apenas cogitava de um processo de defesa e de combate, que, bem orientado, poderia dar bons resultados”.⁴²

Joaquim Pimenta disse que não alimentava a “ingênua” ideia de que poderia resolver a “questão social” exclusivamente por meio do PSP. Mas tinha certeza de que, “politicamente organizados, os trabalhadores contariam com mais uma arma a contrapor às perseguições e às violências” de que eram “frequentemente vítimas imbeles”. Era verdade que o voto não passava de uma “ficção”, mas era uma “ficção” que se disputava. Um “corpo eleitoral de dez ou vinte mil votantes, unidos pelos mesmos interesses, pelas mesmas aspirações, em torno de um mesmo princípio”, teria o “respeito” e o temor de qualquer “poder”. Seria uma “força” capaz de “comprometer o equilíbrio nas vicissitudes políticas”. Além disso, muitos operários continuavam a votar “sob as ordens de seus patrões, dando-lhes com isso um prestígio que se volta contra eles quando forçados a pleitear os seus direitos”. O PSP seria uma alternativa político-eleitoral para esses trabalhadores.⁴³

No final de fevereiro de 1921, *A Província* reproduziu uma entrevista que Joaquim Pimenta dera para o *Rio-Jornal* por ocasião de sua estada no Distrito Federal, na qual o tema do PSP foi retomado. O diário pernambucano apresentou Pimenta como “professor de nossa Faculdade de Direito e fervoroso adepto das doutrinas socialistas”. O *Rio-Jornal* esclareceu que tomara a iniciativa de entrevistar o professor Pimenta por saber que ele estaria retornando ao Recife com o intuito de “reencetar e ativar em Pernambuco a sua propaganda socialista”. Perguntado sobre o “programa” que pretendia seguir em seu “apostolado”, Pimenta teria respondido que manteria a “norma de conduta” que havia se apropriado desde o início da “propaganda”, isto é, “cooperar na organização do operariado e na sua educação moral e intelectual, pontos essenciais, senão únicos”, de que estariam “dependente a vitória das reivindicações de uma classe”. Questionado se insistiria na “fundação de um partido socialista” praticante da “tática parlamentar”, o líder socialista teria afirmado que não seria um partido “parlamentarista”, mas recorreria às urnas, como à imprensa e a centros de propaganda”, “como arma de combate e de defesa”. Em sua opinião, “a luta sindical” exclusiva, visando “preferencialmente o aspecto econômico”, não estaria dando “resultados” esperados. Seria necessário “ampliar o campo de batalha, lançar mão de outros elementos, recorrer a outros meios, estratégicos”. Essa neces-

⁴² *A Província*, Recife, 4 nov. 1920, p. 1.

⁴³ *A Província*, Recife, 4 nov. 1920, p. 1.

sidade se tornava ainda maior em função do fato de que, no Brasil, “a grande massa proletária ainda desconhece a significação e o alcance dos princípios sindicalistas”.⁴⁴

O Partido Socialista Pernambucano visaria, pois, a) “nortear o operariado nas suas reivindicações e na defesa dos seus ideais”; b) “discutir e pleitear a solução prática” de todos os problemas que se relacionassem com a “remodelação da sociedade contemporânea, no ponto de vista econômico, moral, intelectual, jurídico e político”; c) “estudar, sob seus diferentes aspectos, o trabalho nacional e os meios de melhorar as atuais condições de existência das classes salarizadas”; d) “advogar a coparticipação dos trabalhadores nos lucros das empresas industriais, agrícolas e comerciais”; e) “fundar universidades populares, bibliotecas e centros de conferências públicas”; f) “instituir serviços de assistência médico-farmacêutico e judiciária e outros” que pudessem “favorecer o avanço do movimento socialista brasileiro”.⁴⁵

Diferente do programa do Partido Socialista Baiano, fundado por Agripino Nazareth em agosto de 1920, nos documentos programáticos do Partido Socialista Pernambucano, proposto por Joaquim Pimenta em fevereiro de 1920 e fevereiro de 1921, não havia nenhuma referência explícita à “socialização do comércio, das grandes indústrias e de todos os meios de transporte”. Também não havia menção direta à necessidade de “fixação do salário-mínimo”. O direito de voto para as mulheres e os soldados, defendidos em vários momentos por Nazareth e Lacerda, na Bahia e no Rio de Janeiro, também não foi referido por Pimenta em Pernambuco.⁴⁶

Foram reiteradas garantias de que da “luta eleitoral” só participariam aqueles que assim o desejassem, não se exigindo a condição de eleitor para tomar parte do PSP. Interpelado sobre as chances de sucesso dessa nova tentativa de fundar o PSP, Joaquim Pimenta asseverou que eram plenas, pois o operariado de Pernambuco tinha um “instinto de emancipação muito aguçado”. Parecia-lhe que “além do ambiente físico do Nordeste”, que tanta influência exercia sobre o “caráter das suas populações”, a classe operária pernambucana respirava o “ambiente histórico, saturado de tradições liberais”, responsável por colocar Pernambuco na “vanguarda das nossas resoluções”.⁴⁷

No início de abril de 1921, *A Província* reiterou a proximidade da fundação do PSP e de um novo jornal de nome *O Nordeste*, órgão do Partido Socialista. Seu objetivo seria fazer “propaganda socialista em Pernambuco e nos estados circunvizinhos”.

⁴⁴ *A Província*, Recife, 26 fev. 1921, p. 3.

⁴⁵ *A Província*, Recife, 26 fev. 1921, p. 3.

⁴⁶ *A Província*, Recife, 26 fev. 1921, p. 3.

⁴⁷ *A Província*, Recife, 26 fev. 1921, p. 3.

nhos”.⁴⁸ O próprio Joaquim Pimenta fez uma conferência no Teatro Jaboatão no dia 11 de abril de 1921, com “extraordinária concorrência”, sobre o “movimento socialista pernambucano”. A conferência foi precedida por uma passeata feita por “grande massa operária” pelas ruas da cidade e foi fechada com conclamações aos trabalhadores a “comemorar solenemente o dia 1º de Maio”.⁴⁹

Quanto ao longo “manifesto e bases do Partido Socialista”, *A Província* noticiou que ele foi lido no domingo, 17 de abril de 1921, na rua da Praia. O documento tratava da “situação geral do operariado brasileiro” e da “orientação” que ele deveria “seguir na defesa dos seus direitos”. Prometia-se que esse programa seria “impresso e largamente divulgado nos meios operários”. Na tarde daquele mesmo dia, Joaquim Pimenta e Christiano Cordeiro foram a Ilha do Pina, região insular do Recife, ao norte do bairro da Boa Viagem, supostamente “a convite dos operários ali residentes”. Eles foram recebidos por “grande número de trabalhadores, realizando-se depois uma sessão no sindicato ali organizado, durante a qual se cogitou das festas do 1º de maio”.⁵⁰

Na mesma matéria, afirmava-se que os operários de Jaboatão pretendiam “comemorar o 1º de Maio com grande aparato” naquela cidade, e que, em seguida, iriam “em trem especial para o Recife, a fim de participarem de uma grande reunião do operariado recifense no mesmo dia”. Boletins “concitando todas as classes a aderirem aos festejos de 1º de Maio” já estariam sendo distribuídos.⁵¹

A programação dos socialistas para o Primeiro de Maio de 1921 previa uma concentração na rua Pedro Afonso, a recepção dos operários de Jaboatão na Estação Central, uma primeira caminhada por algumas ruas do Recife em direção ao Teatro Polytheama, situado no bairro da Boa Vista, centro da cidade, onde fariam uma “grande reunião” às 14 horas, e uma “grande passeata”. O itinerário da caminhada inicial abrangia a ponte 6 de Março, a rua Velha, o Pátio de Santa Cruz e a rua Barão de São Borja. Depois do ato no Polytheama, uma “grande passeata” seria feita pelas ruas da Intendência, Pires e Conceição, praça Maciel Pinheiro, ruas da Imperatriz, Aurora, ponte de Santa Isabel, praça da República, ruas do Imperador, do Queimado, praça da Independência, ruas do Cabugá e Nova e praça Joaquim Nabuco, onde a multidão se dispersaria. Importante destacar que, no ato do Polytheama e na passeata, falariam apenas Joaquim Pimenta e “os oradores inscritos”, de acordo com a

⁴⁸ *A Província*, Recife, 8 abr. 1921, p. 3.

⁴⁹ *A Província*, Recife, 12 abr. 1921, p. 3.

⁵⁰ *A Província*, Recife, 16 abr. 1921, p. 2; *A Província*, Recife, 18 abr. 1921, p. 2.

⁵¹ *A Província*, Recife, 16 abr. 1921, p. 2; *A Província*, Recife, 18 abr. 1921, p. 2.

“determinação” de um comitê formado por seis membros da organização dos festejos, um claro sinal de tensão com os libertários, prováveis alvos do veto prévio.⁵²

Joaquim Pimenta discorreria sobre o mesmo tema à noite, na cerimônia de posse da nova diretoria do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, deliberadamente agendada para o Dia do Trabalho. O professor Pimenta faria uma “conferência sociológica, inaugurando o curso livre de *sociologia e filosofia do direito*”. Discursariam também o professor e deputado Octavio Tavares⁵³ e os estudantes Santos Leite e Debora Monteiro, orador do Centro Acadêmico e aluna do segundo ano jurídico, respectivamente.⁵⁴ Chama a atenção a presença feminina no curso de Direito naquele momento e o papel de destaque conferido a Debora do Rego Monteiro, fato incomum naquela época.⁵⁵

A matéria que noticiou a leitura do “manifesto e bases do Partido Socialista”, no dia 17 de abril de 1921, também informou que estavam sendo “organizadas diversas cooperativas de consumo entre as classes operárias” naquele momento. Uma delas já estaria “regularmente funcionando” em Jaboatão e outras seriam fundadas nos dias seguintes na Ilha do Pina, em Areias, no Arruda, no bairro do Recife (centro histórico, região portuária) e em Afogados. Segundo o articulista, essas cooperativas pretendiam “melhorar a situação dos trabalhadores diante da crescente carestia de vida”.⁵⁶

A versão do programa do PSP divulgada no dia 19 de abril de 1921 era mais ampla do que os documentos anteriores e trazia algumas novidades em termos de reivindicações de direitos civis, políticos e sociais para os trabalhadores. Por meio do item 3, por exemplo, o Partido Socialista se propunha a “combater as medidas emanadas do poder público, tendentes a restringir ou a coibir, em desacordo com os princípios constitucionais, a liberdade de consciência, de associação e de reunião”. O ponto 5 estabelecia que o partido iria “advogar a adoção do dia de oito horas para o trabalho em geral, de 6 horas para os menores de 15 anos e para os trabalhadores de

⁵² *A Província*, Recife, 30 abr. 1921, p. 3.

⁵³ Octavio Hamilton Tavares Barreto bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1893 e foi nomeado professor substituto daquela instituição em 7 de dezembro de 1908. Sobre o assunto, cf. BEVILAQUA, 1977 [1927], p. 230; Lista dos Diretores, vice-diretores e lentes da Faculdade de Direito do Recife, nomeados desde a sua criação e data das respectivas posses. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, v. 16, n.1, 1909, p. 175-187; BARRETO, Octavio. Discurso do dr. Octavio Hamilton Tavares Barreto na sessão funebre da Faculdade de Direito do Recife em memória do lente dr. Francisco Phaelante da Camara Lima. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, v. 17, n. 1, 1909, p. 154-161.

⁵⁴ *A Província*, Recife, 1 maio 1921, p. 3.

⁵⁵ Em 1921, ano em que ela discursou, formaram-se 32 bacharéis, todos homens. Em 1922 foram 44, sendo apenas 1 mulher, a potiguar Lilia Guedes. Debora do Rego Monteiro bacharelou-se em 1924. Sua turma tinha 33 bacharéis, apenas ela de mulher. Não houve bacharelas em Direito formadas nos anos de 1925 e 1926. BEVILAQUA, 1977 [1927], p. 287-294.

⁵⁶ *A Província*, Recife, 16 abr. 1921, p. 2; *A Província*, Recife, 18 abr. 1921, p. 2.

indústrias nocivas à saúde”. No ponto 6, o PSP dizia que lutaria pela equiparação dos salários das mulheres aos dos homens que trabalhassem em “idênticas condições”. No sétimo, os socialistas se propunham a “promover a responsabilidade dos patrões nos casos de acidentes de trabalho e por violências praticadas contra operários”.

O documento também detalhava sua organização interna, estabelecendo que o partido teria “um diretório composto por nove membros eleitos pela assembleia geral”, com mandato de um ano e direito de reeleição. Não haveria presidente e as sessões de assembleias seriam “presididas por qualquer dos correligionários escolhido na ocasião”. Além de eletivos, os cargos de direção e representação poderiam ser revogados nas assembleias ou por abaixo-assinado, ocasião em que a liderança que perdesse a “confiança” dos que o elegeram deveria renunciar ao mandato. A recusa em fazê-lo geraria a exclusão do partido sem direito de reintegração.

Reiterava-se que o PSP não exigiria a condição de eleitor para a filiação, mas os que tivessem direitos políticos não poderiam, “sob pena de ser expulsos, exercer o direito de voto em desacordo com os interesses ou com a orientação política” da agremiação. Os membros que hostilizassem a “tática eleitoral ou qualquer dos processos de luta adotados pelo partido” também seriam “eliminados” de suas fileiras. Um regimento interno seria redigido com o objetivo de discriminar “as medidas necessárias à execução” do programa.⁵⁷

Em maio de 1921, ainda que recebesse convites para falar sobre o socialismo para os trabalhadores e intelectuais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará e mantivesse estreitas relações com outros militantes dessa corrente no Rio de Janeiro, Pimenta ainda parecia enfrentar dificuldades para estabelecer o Partido Socialista Pernambucano, mesmo depois de já ter divulgado amplamente seu manifesto e programa nas várias conferências que fizera nos sindicatos e teatros do Recife e Jaboatão. Uma pequena nota publicada pelo *A Província* dizia que quem quisesse aderir ao PSP poderia fazê-lo dirigindo-se, “por escrito, ao Dr. Joaquim Pimenta, à rua 15 de Novembro, n.º 239, 1º andar”. Bastaria informar o nome por extenso, a residência, a cidade, a profissão, se fazia parte ou não de alguma associação, a nacionalidade e se sabia ler e escrever. Advertia-se que a “circunstância de ser estrangeiro ou analfabeto” (dois impedimentos constitucionais para aquisição de cidadania política) não impediria a “adesão ao partido, pois o serviço de alistamento eleitoral” se constituía em “apenas uma das suas seções”. Uma data seria previamente divulgada para a “organização do diretório e de vários comitês”, mas as notícias sobre a organização desaparecem dos jornais.⁵⁸

⁵⁷ *A Província*, Recife, 19 abr. 1921, p. 2.

⁵⁸ *A Província*, Recife, 8 maio 1921, p. 1; *A Província*, Recife, 23 maio 1921, p. 2.

Considerações finais

Tal qual suas congêneres de 1917 e 1919 em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, todas elas resultado de múltiplos e diferentes condicionantes, a greve geral de julho de 1919 no Recife foi o produto de um conjunto de fatores, que incluíam a auto-organização e *agência* da classe operária; a bem-sucedida liderança socialista de Joaquim Pimenta; a indisposição *nacional e social* dos trabalhadores e da população como um todo contra o domínio estrangeiro sobre importantes serviços de transporte, fornecimento de eletricidade para as residências e para o comércio e iluminação pública da cidade; e a conjuntura política favorável.

Entretanto, ao mesmo tempo em que contribuiu para moldar os efeitos da greve geral, Joaquim Pimenta também foi moldado por ela e pelo conjunto dos acontecimentos subsequentes. Ele liderou novas paralisações de motorneiros, condutores e ferroviários, apoiou os protestos de outras categorias e fez novos discursos em teatros e praças do Recife e de Jaboatão. Seu objetivo era fundar um partido socialista amplamente inserido na classe operária. Organizados em partido próprio, de classe, os trabalhadores deveriam se mobilizar para eleger seus representantes nas eleições, especialmente aquelas nas quais eram escolhidos os membros do poder legislativo. A ideia era que esses representantes lutariam para aprovar leis de interesse dos trabalhadores.

Joaquim Pimenta tentou fundar essa organização partidária para a classe operária em 1919, 1920 e 1921. Nas três ocasiões ele falhou. Não foi por falta de um programa, já que os documentos apresentados em geral eram bem definidos, detalhados e afinados com as circunstâncias. Suas dificuldades estavam ligadas a um traço específico do movimento operário no Recife quando comparado a outras cidades brasileiras do período: a força das correntes anarquistas e sindicalistas. Nos três momentos em que Pimenta tentou fundar um partido político para a classe operária os libertários e os partidários da ação direta se opuseram radicalmente, ocasionando a cisão da federação operária.

O insucesso da empreitada político-eleitoral de Joaquim Pimenta é indicativo de que os socialistas tinham perdido força em Pernambuco. Por outro lado, a derrota de Pimenta e da estratégia reformista não resultou em uma vitória de longo prazo do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no Recife, já que a partir de 1922 foram os comunistas que começaram a ganhar força na capital pernambucana. Entretanto, Pimenta manteve seu prestígio acadêmico e liderança política sobre certos setores populares ao longo da década de 1920. Mas esses serão assuntos tratados em outro lugar.

Referências bibliográficas

Fontes

- A Província*, Recife, 1 abr. 1913, p. 1.
A Província, Recife, 2 set. 1913, p. 1.
A Província, Recife, 20 set. 1913, p. 1.
A Província, Recife, 21 set. 1913, p. 4.
A Província, Recife, 29 out. 1913, p. 1.
A Província, Recife, 22 jul. 1919, p. 3.
A Província, Recife, 23 jul. 1919, p. 1.
A Província, Recife, 24 jul. 1919, p. 1.
A Província, Recife, 29 jul. 1919, p. 1.
A Província, Recife, 22 jul. 1919, p. 3.
A Província, Recife, 23 jul. 1919, p. 1.
A Província, Recife, 24 jul. 1919, p. 1.
A Província, Recife, 25 fev. 1920, p. 2.
A Província, Recife, 21 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 22 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 24 mar. 1920, p. 1.
A Província, Recife, 25 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 26 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 27 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 28 mar. 1920, p. 3.
A Província, Recife, 22 maio 1920, p. 3.
A Província, Recife, 24 maio 1920, p. 2.
A Província, Recife, 4 nov. 1920, p. 1.
A Província, Recife, 26 fev. 1921, p. 3.
A Província, Recife, 2 abr. 1921, p. 3.
A Província, Recife, 4 abr. 1921, p. 2.
A Província, Recife, 8 abr. 1921, p. 3.
A Província, Recife, 12 abr. 1921, p. 3.
A Província, Recife, 16 abr. 1921, p. 2.
A Província, Recife, 18 abr. 1921, p. 2.
A Província, Recife, 19 abr. 1921, p. 2.
A Província, Recife, 30 abr. 1921, p. 3.
A Província, Recife, 8 maio 1921, p. 1.
A Província, Recife, 21 maio 1921, p. 1.

- A Província*, Recife, 23 maio 1921, p. 2.
A Vanguarda, Recife, 23 out. 1920, p. 2.
A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1 abr. 1914, p. 1.
A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1 maio 1914, p. 1.
A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 15 maio 1914, p. 1-2.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15 mar. 1920, p. 3.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 mar. 1920, p. 4.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25 mar. 1920, p. 4.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 mar. 1920, p. 4.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 4.
Jornal do Recife, Recife, 9 mar. 1919, p. 1.
Jornal do Recife, Recife, 12 mar. 1919, p. 3.
Jornal do Recife, Recife, 14 jul. 1919, p. 1.
Jornal do Recife, Recife, 22 jul. 1919, p. 2.
Jornal do Recife, Recife, 23 jul. 1919, p. 1.
Jornal do Recife, Recife, 24 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal do Recife, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal do Recife, Recife, 29 jul. 1919, p. 1.
Jornal Pequeno, Recife, 12 mar. 1919, p. 3.
Jornal Pequeno, Recife, 7 jun. 1919, p. 1.
Jornal Pequeno, Recife, 22 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal Pequeno, Recife, 23 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal Pequeno, Recife, 24 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal Pequeno, Recife, 25 jul. 1919, p. 1-2.
Jornal Pequeno, Recife, 28 jul. 1919, p. 1.
Jornal Pequeno, Recife, 13 ago. 1919, p. 1-2.
Jornal Pequeno, Recife, 19 ago. 1919, p. 1.
O Paiz, Rio de Janeiro, 12 fev. 1920, p. 2.
O Paiz, Rio de Janeiro, 25 mar. 1920, p. 5.
O Paiz, Rio de Janeiro, 27 mar. 1920, p. 5.
O Paiz, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 2.
Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Recife, v. 16, n.1, 1909, p. 175-187.
Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Recife, v. 17, n. 1, 1909, p. 154-161.
Tribuna do Povo, Recife, 1 mar. 1919, p. 3.
Tribuna do Povo, Recife, 10 mar. 1918, p. 1.
Tribuna do Povo, Recife, 14 jul. 1919, p. 1.
Tribuna do Povo, Recife, 19 jul. 1919, p. 1 e 3.
Tribuna do Povo, Recife, 2 ago. 1919, p. 1 e 3.

Tribuna do Povo, Recife, 23 ago. 1919, p. 1.

Tribuna do Povo, Recife, 30 ago. 1919, p. 2.

Tribuna do Povo, Recife, 20 nov. 1918, p. 4.

Tribuna do Povo, Recife, 1 dez. 1918, p. 1.

Obras citadas

- BATALHA, Claudio. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920). *International Review of Social History*, Cambridge, v. 62, n. 25, p. 75-103, 2017. ISSN 1469-512X. Disponível em: <<https://bit.ly/3zZJg4r>>. Acesso em: 24 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.1017/S002085901700044X>.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. "Nós, filhos da Revolução Francesa": a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 233-249, 1991. ISSN 0102-0188.
- BARTZ, Frederico Duarte. Liga de Defesa Popular: a construção de um espaço de luta política entre os trabalhadores organizados de Porto Alegre após a Greve de 1917. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 117-130, 2016. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3tXdlhu>>. Acesso em: 25 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2016v8n16p117>.
- BARTZ, Frederico Duarte. Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operário pernambucano e a formação do Grupo Comunista de Recife (1917-1922). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.) *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 113-140.
- BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed., Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977 [1927].
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 15, n. 27, p. 261-308, 2009. ISSN 1413-6597. Disponível em: <<https://bit.ly/3ODlqys>> Acesso em: 25 jan. 2021.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CASTELLUCCI, Aldrin. Guerra, revolução e movimento operário: as greves gerais de 1917-1919 no Brasil em perspectiva comparada. In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 263-294.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva & SCHMIDT, Benito B. From the Streets to the Government: Socialist Militants and Labour Law in Brazil. *International Review of Social History*, Cambridge, v. 62, n. S25, p. 133-164, 2017. ISSN 1469-512X. Disponível em: <<https://bit.ly/3NaL3Xy>>. Acesso em: 21 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.1017/S0020859017000438>.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 77-99, 2012. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<https://bit.ly/3nac96v>>. Acesso em: 23 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200006>.

- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, São Paulo, n. 162, p. 205-241, 2010. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://bit.ly/3xPzDCR>>. Acesso em: 20 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi162p205-241>.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<https://bit.ly/3OgrYEA>>. Acesso em: 12 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200006>.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha. 1981*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- GUIMARÃES, Luciano de Moura. Pela lei e contra a lei: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-30, 2020. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3QHOLLa>>. Acesso em: 15 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75395>.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil, 1850-1914*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- HAIMSONS, Leopold H.; TILLY Charles (ed.). *Strikes, wars, and revolutions in an international perspective: strike waves in the late nineteenth and early twentieth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- JUNQUEIRA, Fabiana Ribeiro de Andrade. O movimento operário no interior paulista: uma análise das greves gerais de 1917 e 1919 em Piracicaba. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-21, 2020. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3xMjz4V>>. Acesso em 18 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e74220>.
- LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 111-143, 2010. ISSN: 1983-201X. Disponível em: <<https://bit.ly/3NibPgs>>. Acesso em: 10 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.18939>.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain, 1913.
- MELO, Josemir Camilo de. *Ferrovias inglesas e mobilidade social no Nordeste (1850-1900)*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008.
- NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 11-38, 2004. ISSN 1413-6597. Disponível em: <<https://bit.ly/3xHVfRC>>. Acesso em: 10 jan. 2021

- PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 163-192, 1985. ISSN 0011-5258.
- PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado (episódios que vivi e fatos que testemunhei)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949 [1945].
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A ação coletiva da classe patronal de Porto Alegre nas grandes greves da Primeira República (1917-1919). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 215-237, 2013. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3OiCVpg>>. Acesso em: 11 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2013v5n9p215>.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A Questão Social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 215-237, 2009. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3xPBRlH>>. Acesso em: 5 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2009v1n1p97>.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ª ed. Salvador: Edufba, 1999 [1975].
- SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-183.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-18, 2020a. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://bit.ly/3tXrdZ6>>. Acesso em 6 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e71472>.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-35, 2020b. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://bit.ly/3yfgl9O>>. Acesso em: 12 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.166560>.
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.
- THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.
- TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<https://bit.ly/3bp2beJ>>. Acesso em: 18 jan. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200011>.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 45-72, 1987. ISSN 0011-5258.

Recebido: 06/02/2021 – Aprovado: 05/11/2021

Editores Responsáveis

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira